

A Construção da Nação Brasileira

Além dos problemas naturais de qualquer abdicação, a renúncia de D. Pedro I continha um elemento que tornava a situação ainda mais delicada: o novo governante, D. Pedro II, tinha apenas cinco anos de idade, o que tornava inviável sua real efetivação no poder. Após intensos debates, a classe política brasileira estabeleceu que o governo do país seria comandado provisoriamente por regentes, enquanto o jovem monarca não atingisse a maioridade. Iniciava-se, assim, o Período Regencial (1831-1840). As Regências foram marcadas pelo constante embate entre os defensores de um sistema político unitarista, que advogavam a necessidade da centralização do poder nas mãos dos regentes, e grupos federalistas, favoráveis à fragilização do governo central e à autonomia dos estados. Em 1834, estes últimos obtiveram uma importante conquista através da criação do Ato Adicional, um conjunto de leis que, adicionado à Constituição, previa o fortalecimento das prerrogativas das províncias. A partir de então, por exemplo, o recolhimento dos impostos locais ficaria sob a competência das Assembleias Provinciais, e não mais do poder central.

Revoltas Regenciais

As disputas entre grupos federalistas e o governo regencial, defensor de uma política unitarista, criaram o cenário propício ao desenvolvimento de uma série de revoltas sociais. A despeito de suas singularidades, em todos esses movimentos havia a defesa do sistema federalista, que então concederia maior autonomia aos estados. Em alguns casos, inclusive, os revoltosos chegaram a defender a independência de suas regiões, colocando em perigo a manutenção da unidade territorial brasileira.

A mais duradoura dessas revoltas foi a Revolução Farroupilha (1835-1845). Ocorrida originalmente no Rio Grande do Sul, apresentou um forte caráter elitista, sendo liderada pelos grandes produtores de charque da região. Inconformados com a taxaço do produto pelo governo imperial, estes pecuaristas enfrentaram as tropas federais na luta pela proclamação da República Rio-Grandense. Após dez anos de intensas batalhas, os lados chegaram a um acordo e a região foi pacificada.

Na província do Grão-Pará, outro movimento se opôs às ordens do governo regencial, a Cabanagem (1835-1840). Liderada por setores populares, notadamente populações “ribeirinhas”, a rebelião teve na execução do governador da província (nomeado pelo poder central) o auge do seu radicalismo. Tal extremismo debilitou a base de apoio à revolta, que viria a ser definitivamente derrotada pela “Guarda Nacional” após cinco anos de mobilização.

Além desses e de outros movimentos de oposição ao governo regencial, como a Balaiada e a Sabinada (ocorridos, respectivamente, no Maranhão e na Bahia), este período assistiu ainda à eclosão da “Revolta dos Malês”. Escravos de origem muçulmana, os “malês” não se opunham especificamente ao poder dos regentes, mas à própria escravidão. Delatado antes mesmo de eclodir, o movimento foi dominado pelas tropas nacionais e seus líderes severamente castigados.

A Política do Segundo Reinado

Administração de D. Pedro II

D. Pedro II formou seu primeiro gabinete com a maioria dos políticos do Partido Liberal que lutaram por sua maioria. O retorno dos liberais ao governo atizou a rivalidade com os conservadores, acendendo uma disputa violenta entre os dois. Em 1847, teve início no Brasil o parlamentarismo. Criou-se o cargo de presidente do Conselho de Ministros que era nomeado pelo imperador. O eleito montava o gabinete ministerial, que, em seguida, era submetido à Câmara dos Deputados para obter o voto de confiança. Se aprovado, o gabinete começava a governar o país; se rejeitado, cabia ao imperador demiti-lo ou dissolver a Câmara, convocando novas eleições. Ao todo foram 36 gabinetes: 21 liberais e 15 conservadores. Todavia, os conservadores, por serem mais alinhados aos interesses do imperador, permaneceram dez anos a mais no poder.

<http://educacao.globo.com/historia/assunto/imperio-brasileiro/segundo-reinado-1840-1889.html>

1. Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos “barões do café”, para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro. O contexto do Período Regencial foi marcado

- a) por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia.
- b) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.
- c) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.
- d) pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos “barões do café”.
- e) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.

Gabarito

1. E